

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – FEMC/TO.

Aos vinte seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às 08h00 em ambiente virtual, o senhor **Secretário Renato Jayme da Silva**, Presidente do FEMC, deu boas-vindas aos convidados e conselheiros presentes, deu-se a posse aos conselheiros presentes, **Rômulo Rogério Jácome Mascarenhas** (Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação – SEINF), **Marcus Vinícius Coelho Carmo** (Polícia Militar do Estado do Tocantins – PM/TO), **Alex Matos Fernandes** (Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBM/TO), **José Luiz Cabral da Silva Junior** (Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS), **Srewê de Mata de Brito** (Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA), **Sebastião Noletto Júnior** (Faculdade Católica do Tocantins – FACTO), **Dener Alves de Souza** (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO), **Ediana Vasconcelos da Silva** (Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo – IEPO), **Sylla Figueiredo da Silva** (Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo – IEPO), **Renato Jayme da Silva** e **Francis Rinaldi Frigeri** (Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH); **Maurício José Alexandre de Araújo** e **Aldaíres Rodrigues Pacheco** (Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS), **Rodrigo Sabino Teixeira Borges** e **Cristhyane Maria de Neiva Mariano** (Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento – SEFAZ), **Fabricia Neli Johann Martins** (Secretaria de Educação, Juventude e Esportes – SEDUC), **Henrique Garcia dos Santos** (Ministério Público Estadual – MPE), **Denise Coelho Gomes** e **Arlete Leite Lima** (Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura – SEAGRO), **Marcondes Martins Gomes de Oliveira** (Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços – SICS), **Sérgio Luís de Oliveira Silva** e **Mary Ruth Batista Glória Maia** (Secretaria do Estado da Saúde – SES), **José Roberto Fernandes** (Federação das Indústrias do Estado do Tocantins – FIETO), **Dayana Aires Monteiro de Cantuária** (Associação Tocantinense de Municípios – ATM), **Valderez Castelo Branco Martins** (Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins – AL), **Divaldo José da Costa Resende** (Instituto Ecológica Palmas – ECOLÓGICA), **Hélber Franco de Oliveira** (Associação Movimento Ecológico Amigos do Meio Ambiente – AMEAMA), **Leila Suely Reis da Silva** (Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa – ADETUC), **Gilberto Ferreira Santos** (Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins – FAPT), **Luzimeire Ribeiro de Moura Carreira** (Município de Palmas), e comunica que os Termos de Posses serão enviados por e-mail. **Jamila** (SEMARH) disponibiliza a pauta na tela, em seguida, pergunta aos conselheiros se leram a ata da 10ª Reunião Ordinária do Fórum, pois como já foi aprovada no COEMA e a grande maioria dos conselheiros não participou em 2017, disponibilizamos para conhecimento. **Francis** (Secretário Executivo) inicia a leitura agradecendo a presença de todos nesta primeira reunião ordinária virtual do FEMC, e dá início a leitura da pauta: **I.** Abertura da Reunião; **II.** Posse dos novos conselheiros; **III.** Conhecimento da Ata da 10ª RO do FEMC; **IV.** Leitura do expediente e da ordem do dia; **V.** Encaminhamento à Mesa, pedido por escrito de: **a)** inversão de pauta; **b)** retirada de matérias; **c)** requerimento de urgência; **d)** propostas de moção e de recomendação; **VI.** Discussão e deliberações das matérias da ordem do dia: **a)** Calendário de Reuniões; **b)** Estratégia Tocantins 20-40: **i.** Estratégia; **ii.** Fact sheet; **c)** Produtos do REDD+ Jurisdicional: **i.** Análise de Programas Nacionais e Internacionais; **ii.** Informações sobre estoques de carbono; **iii.** Linha de base jurisdicional do REDD+; **d)** Comitê Científico do

PSA; **VII.** Informes da Secretaria Executiva: **a)** Nova resolução da CONAREDD; **b)** Under 2 MoU: **i.** Memorando de Entendimento (MoU); **ii.** Anexo do Tocantins ao Under 2 MoU; **c)** Janela A do GCF; **d)** Janela B do GCF; **e)** Declaração de Rio Branco; **f)** Projeto de Lei que institui a Política Estadual sobre Mudanças do Clima e Serviços Ambientais do Tocantins Tribuna livre; **VIII.** Encerramento. **Jamila Leime** (SEMARH) solicitou que os conselheiros se identificassem no *CHAT*, com nome, órgão e se é conselheiro titular, suplente ou convidado, pois o *CHAT* é a lista de presença da reunião. **Marli** (SEMARH), saúda todos, disponibiliza a apresentação em tela, e informa que é fundamental que o fórum construa um plano de trabalho com metas mais organizadas, também deu ênfase na importância de o Tocantins conseguir recursos para que seja elegível para recebimento de recurso do REDD+. No item **VI. a)**, definem para o dia 18/11/2020 a próxima reunião do FEMC. No item **VI. b)**, chega-se ao ponto da ideia central e os objetivos da Estratégia Tocantins 20-40, que irá colocar o Estado como referência na região norte do Brasil em produção sustentável de alimentos e produtos da socio biodiversidade, com beneficiamento e agregação de valor, na distribuição de renda, conservação e manejo de suas riquezas naturais, até o ano de 2040. Exemplificou que a estratégia do Estado do Mato Grosso gerou recurso e está sendo gerido por associação do PPI e por parte do CMBIO, onde se tem a repartição desse recurso, parte vai para iniciativa privada e a outra para os vulneráveis (no caso de Mato Grosso indígenas e pequenos produtores rurais) e a outra parte para o governo do Estado. O estado do Acre está tendo dificuldade de executar, pois é via tesouro do estado, o Estado do Tocantins, está pleiteando ter o mesmo modelo da estratégia de pagamento com resultados nas reduções de desmatamento. Reforçou que o estado do Tocantins está disputando esse recurso de REM, e em razão disso foi construída essa Estratégia 20-40, que precisaria ser pactuada com a iniciativa privada e os vulneráveis. No Estado do Tocantins, as populações vulneráveis foram definidas por debate interno dentro do governo que são populações quilombolas, indígenas, pequenos produtores rurais e ribeirinhos. Reforça que até fez o primeiro contato marcando as reuniões, mas logo veio a pandemia, assim não conseguindo fazer as audiências públicas com a Estratégia 20-40, tem algumas diretrizes e uma dessas diretrizes é premissa, sem ela não se consegue executar, uma dessas estratégia é obter investimentos esses recursos podem vir de REDD, REM, tesouro do estado ou da iniciativa privada, e sem esses investimentos a estratégia não tem como ser implantada e estas diretrizes foram colocadas para contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável, ter engajamento e pactuação com diversos setores, pois é necessário saber até onde cada um irá contribuir, com ações que possam garantir a redução das emissões dos gases de efeito estufa e tendo essa reponsabilidade compartilhada. A outra diretriz é que tenha respeito à adversidade cultural, e exista uma governança, por isso a importância desse Fórum de Mudanças Climáticas, pois terá o papel de acompanhar e monitorar as ações desenvolvidas. Portanto, o que temos como prioridade de ações está em quatro eixos que foram definidos nesse grupo interno, mas ainda é necessário a pactuação com a iniciativa privada e com o setor dos vulneráveis. Esses eixos são: eixo econômico, eixo social, eixo ambiental e eixo de infraestrutura. É feita uma breve explicação de cada eixo, e como ocorrerá o desenvolvimento no eixo econômico, se tem fortalecimento e estruturação das cadeias, fortalecimento da agricultura familiar e a construção de ações que levam à inovação e competitividade. No eixo social, foi discutido que as cessões e autonomia das associações e grupos comunitários ligados à população de vulneráveis, trabalhando com a regularização

fundiária e fortalecer a educação e saúde nas comunidades quilombolas e indígenas. No eixo ambiental, se tem a modernização e a descentralização da gestão ambiental, a regularização ambiental, valorização dos serviços ecossistêmicos temos água, clima, polarização, beleza cênicas, portanto esses serviços ecossistêmicos realizados pela natureza sem a interferência humana não tem valor monetário, mas quando passa a ser melhorado passa a ser um serviço ambiental. No eixo de infraestrutura, foi colocada a infraestrutura logística, energia, inclusive em termos de matriz energética voltado para energia solar, comunicação no caso seria instalação implantação da internet em todos os municípios do Estado do Tocantins, saneamento, moradia digna. Todos estes itens precisam de metas de indicadores. As metas foram colocadas na estratégia 20-40, mas não foram colocadas de uma forma numérica, pois depende dessa pactuação, e os recursos de que vem do REDD+ ou do Tesouro serão priorizados para essa linha de ações que reduzem a emissão, essa estratégia está em fase de pactuação interna dentro da gestão do Estado do Tocantins. Em seguida, explica a definição do que é REDD jurisdicional, e explica o cálculo das reduções das emissões que é feito com os dados do INPE e são validados pela CONAREDD. Logo após, menciona que em 2016 e 2017 tínhamos em torno de 7 milhões de toneladas de carbonos que poderiam estar sendo comercializadas ou entrar no programa REM. O Estado do Tocantins conseguiu reduzir essas emissões que são ações definidas já estão na CONAREDD número 6 e 14, e para habilitar o estado do Tocantins para esses recursos, existem vários critérios, e um desses critérios é que o Fórum de Mudanças Climáticas esteja funcionando, opinando e que tenha um plano de trabalho para desenvolver, outro critério é a repartição de benefícios as salvaguardas que foram construídas na Conferência do Clima (COP) de Cancun, salvaguardas sociais e ambientais, elas precisam ser comprovadas se estão sendo cumpridas. Precisa-se também ter o Plano Estadual de Combate ao Desmatamento e Queimada, funcionando com uma mensuração adequada, não está longe a habilitação do Tocantins nesse processo do CONAREDD, sendo que na parte jurisdicional só temos um instrumento em funcionamento que é o REM, e tem dois países dispostos em investir que são a Alemanha e o Reino Unido, que já estão apoiando o Acre e Mato Grosso. E dos 9 estados da Amazônia Legal, sete estão disputando esse recurso de REM. Já temos um memorando assinado pelo governo do Estado e pela GIZ - Agência de Cooperação Temática Alemã, para dar suporte na nossa habilitação para o REM, e em quatros meses de trabalhos poderemos solicitar a habilitação na CONAREDD. Por exemplo, o Mato Grosso gastou um milhão de reais para realizar as audiências públicas nas terras indígenas e na população dos vulneráveis e que no caso do Tocantins pelo fato de ser nove etnias indígenas, é preciso então fazer audiência pública e isso exige recursos financeiros. A GIZ vai ajudar nesse processo, mas por causa da pandemia esperamos que possamos fazer essas audiências públicas de forma virtual. **Marli** (SEMARH) informa que existe um projeto de lei que está na Casa Civil e que falta alguns pontos para ser feitos e estamos aguardando uma autorização do Governador para ser encaminhado ao Ludovino, um advogado português, que tem projetos de legislação ligados às mudanças climáticas, nesse projeto de lei ele trabalha com a construção comitê científico para serviços ambientais ou ecossistemas do estado com trabalho de monitoramento e acompanhamento da política e um trabalho de acompanhamento das reduções de emissões com esses serviços sendo remunerados, sendo que o foco desse projeto de lei é a existência do comitê científico. Sendo assim, preciso saber se podemos considerar esse fórum com um comitê científico, juntamente com suporte de uma equipe

para tomada de decisões. Explica também que o Fórum não é um conselho, e sim um grupo de pessoas que se reúne para debater um determinado assunto. O Fórum pode ter um grupo técnico para trabalhos técnicos, então definiria um grupo de trabalho técnico para funcionar como comitê científico que está previsto pela legislação e com suporte de outros especialistas nacionais e internacionais, sendo que o especialista que participa de um comitê científico de uma política de mudanças climáticas do Estado vai ter uma visibilidade maior, visando assim interagir com mais atores internacionais. **Hélber** (AMEAMA) questiona em quais municípios serão essas audiências públicas. **Francis** (Secretário Executivo) informa que regionalizou esses municípios pelas populações e que pode estar passando depois para cada conselheiro, além de que o Estado não tem como estar visitando os 139 municípios, a ideia antes da pandemia era realizar em 6 municípios essas reuniões. **Hélber** (AMEAMA) pergunta se a Associação Tocantinense do Municípios faz parte deste fórum. **Jamila** (SEMARH) informa que a ATM compõe o Plenário, e que a conselheira Dayana está presente na reunião. **Dener Alves** (IFTO) propõe que o fórum avalie essa questão da composição do Comitê Científico, em relação a pauta, o projeto de lei apresentado, se terá alguma discussão desse PL ou simplesmente é um conteúdo informativo, e se vai ser despachado direto para a Casa Civil pra fazer avaliação. **Marli** (SEMARH) responde as dúvidas do Dener (IFTO) explicando que o Regimento Interno do Fórum permite criar a câmara temática, e que o Fórum ainda não criou nenhum Grupo Técnico ou uma Câmara Temática. O que está sendo proposto é justamente essa Câmara Temática, contendo pessoas interessadas e com capacidade temática para analisar todos os itens previstos que demandam um monitoramento e acompanhamento. E que essa Câmara seja oriunda dos integrantes desse Fórum. Esse projeto de lei do PSA já retornou da PGE, e aguarda autorização do Governador para ser encaminhado à Assembleia Legislativa. Se for necessário fazer atualizações, pode-se até verificar o que está previsto no memorando da GIZ, que eles contrariam um consultor para atualizar o projeto de lei. Uma vez que ele comece a trabalhar, esse debate pode chegar neste fórum com a intermediação do consultor para que esse fórum dê suas opiniões finais. **Jamila** (SEMARH) informa ao Dener (IFTO) que esse projeto de lei foi analisado na reunião de 2017 do Fórum na íntegra, foram 2 dias de reunião o dia todo com participação do COEMA e do FEMC, e está relatado na ata que foi compartilhada com todos. O Regimento Interno do FEMC tem previsão de composição de Câmaras Temáticas e de Grupos de Trabalho. **Sérgio Luís** (SES) informa que tem várias dúvidas, que a proposta é excelente e que o documento feito aborda estruturar as unidades básicas de saúde, portanto é necessário trabalhar também a parte de vigilância de forma geral, evitar que as pessoas precisem comparecer na unidade de saúde. No detalhamento geral do projeto, questiona como a Secretaria da Saúde poderia colaborar com a proposta para o plano do Estado. **Marli** (SEMARH) informa que na estratégia 20-40, ainda está macro e que em 20 anos vamos priorizar assistência em saúde e educação das comunidades vulneráveis dentro dos eixos social, tudo aquilo que tiver ligada saúde, educação das comunidades quilombolas, indígena, ribeirinhos e pequenos produtores serão priorizados. Uma vez vindo recursos de REDD para o estado do Tocantins via REM daria suporte a essas ações que já estariam previstas no PPA, ou seja, é uma forma de priorizar onde os recursos seriam investidos para esse fortalecimento, portanto o detalhe quem vai definir é o gestor da área da saúde ou da educação, portanto ele é bem macro por isso informei que ainda não se tem a meta e os resultados que irão chegar. **Sergio Luis** (SES) aponta que quando formos

trabalhar nesse detalhamento é preciso ter o olhar para os diversos setores, pois não adianta trabalhar uma política de desenvolvimento sustentável e não trabalhamos em conjunto, por exemplo, a região de Formoso que todo ano tem a redução da vazão dos rios e tem que ser um programa amplo de compromisso com o estado se quer realmente ter uma política de desenvolvimento sustentável. **Srewê** (COEMA) cumprimenta a todos os membros e representantes, ressalta que é preciso verificar como essas informações chegará até o povo indígena, destaca que as grandes áreas indígenas no estado, por exemplo, terra indígena Xerente é bastante ampla com o mercado de crédito de carbono, como também da Ilha do Bananal, Formoso, Itacajá e o norte do Tocantins. Então são mercados que acabam trazendo investimentos para o Tocantins, porém a participação indígena sempre foi bastante tímida no quesito de receber esse apoio por parte do poder público, isso cada vez mais se torna claro para os indígenas. Com isso, os recursos muitas vezes acabam não chegando nas terras indígenas, hoje as comunidades indígenas querem também ter acesso a esses recursos, participando de debate a nível nacional. É muito importante a disponibilização dessas informações, documentos para poder analisar também juntamente com os parceiros para ver onde que precisa entrar para contribuir. **Marli** (SEMARH) informa que a participação indígena é fundamental e que todos os documentos estão disponíveis no link que a Jamila (SEMARH) passou para todos. Porém quanto aos recursos de REDD, o Estado do Tocantins ainda não está habilitado para recebê-los, nem na PED e nem na exigência do REM, pois esse trabalho demanda ainda mais quatro meses de dados de serviço da equipe para habilitar o estado do Tocantins juntamente com a CONARED e depois habilitar o estado junto com a exigência REM, lembrando que esse recurso de REM é pouco e teremos um suporte da GIZ para fazer os debates e as audiências públicas necessárias, portanto é o que estamos trabalhando agora e iremos precisar muito do apoio dos povos indígenas. **Jamila** (SEMARH) passa a palavra para **Marcondes** (SICS) comentou que como o recurso é pouco teria que ter mais foco na questão das reduções, apostando em dizer que a maior fonte de emissão são as queimadas florestais, e que provavelmente é superior às emissões de veículos de combustão interna. É preciso focar em dois eixos que são: a estruturação das brigadas e a questão das agroindústrias, visto que o recurso é pouco e é melhor priorizar o reforço das brigadas para combater os incêndios florestais. **Jamila** (SEMARH) passa a palavra para a Deputada Valderéz (AL), que saudou e agradeceu a todos, iniciando a explanação de que é muito importante trabalhar ações como estas, que buscam encontrar investidores para receber esses investimentos, é necessário desenvolver um agronegócio sustentável. Também frisou a importância das políticas públicas para atrair investimentos para o Estado, e que a aplicação do programa REDD será essencial nesse sentido, beneficiado por acordos internacionais para ações sustentáveis para garantir ao nosso povo essa inclusão na participação. Além disso, parabeniza a participação dos indígenas que trabalham com os assentados quilombolas e com aqueles que podem de alguma forma participar. Reforça aos membros do Fórum que a Assembleia Legislativa está à disposição para ouvir sugestões, promover audiências públicas, ou simplesmente para apoiar no que for possível, o FEMC pode contar com o trabalho da AL em tudo que for desenvolvido, focar para um eixo de combater o desmatamento e as queimadas. **Renato Jayme** (Presidente do FEMC) agradece a deputada, e diz que é de fundamental importância o engajamento dos representantes para colaborar com o meio ambiente. **Jamila** (SEMARH) informa que o próximo inscrito para fala é a **Luzimeire** (FMMA), que agradeceu a participação de todos

os membros do fórum, cumprimenta o Secretário Renato Jayme e todos os demais membros do fórum. Sugere que disponibilizou a minuta do Projeto de Lei de Pagamento de Serviços Ambientais, considerando que ela foi aprovada anos atrás, e os membros que estavam no fórum eram outros. Reforça que a **Marli** (SEMARH) informou que tem um link com todas as informações no site da SEMARH, mas seria interessante enviar de forma mais facilitada. **Jamila** (SEMARH) passa a palavra para **Rômulo** (SEINF), que deu a sua contribuição com relação às consultas públicas, explanando que já utilizou a estrutura e suporte da Unitins, e que poderíamos nesta ação pedir ajuda para essas consultas públicas virtuais. A divulgação seria por meio de e-mails, rádio, ofícios, carro de som, divulgar as plataformas de contato sociais do governo do Estado e as pessoas participariam ao vivo nas *lives*, como também mandariam suas contribuições. **Marli** (SEMARH) pergunta como está o nível de participação e interação. **Rômulo** (SEINF) informa que essa questão da *live* e internet tem alcance muito maior do que qualquer consulta presencial e sendo um projeto de nível estadual talvez tenha mais alcance dessa forma, a pessoa que tem celular e acesso à internet conseguirá enviar mensagem. Precisa-se divulgar os canais oficiais do estado através redes sociais como: *YouTube*, *Facebook*, *Instagram*, número de telefone etc.. Colocou-se à disposição para Marli (SEMARH) nesta questão, e comunicou que tem alguns contatos dos representantes da Unitins que podem auxiliar. **Fabília** (SEDUC) se coloca à disposição para apoio, pois tem experiências em escuta virtual através das escolas e diretorias. **Marli** (SEMARH) questiona como funciona essa escuta virtual. **Fabília** (SEDUC) esclarece que eles usam a rede da escola, mandam os questionamentos e temas para professores, e os alunos fazem escuta com a família e através de documento da escola, e-mails, WhatsApp e grupos, desse modo coletam as informações. **Marli** (SEMARH) manifestou que irá precisar desse apoio, e informa que o fórum precisa criar uma câmara temática de comitê científico, que é um grupo de trabalho e se posicionou que seria interessante uma Câmara Temática de Pesquisa em Mudanças Climáticas. **Rômulo** (SEINF) solicita que sejam explicados os objetivos e as atribuições de cada um. **Marli** (SEMARH) esclareceu que Câmara Temática terá caráter permanente e atuará como comitê científico e suas atribuições será: Subsidiar e analisar todo o processo de habilitação do Estado do Tocantins junto à CONAREDD+, para captação recursos de REDD+, assim como avaliar do ponto de vista científico a linha de base do Tocantins para REDD+; - Auxiliar na elaboração e implementação de estudos, programas, políticas e projetos referente a serviços ambientais e redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Tocantins; - Monitorar os programas, políticas e projetos implementados e em implementação, assim como o nível das emissões no Tocantins ao longo dos próximos 20 anos; - Elaborar e atualizar documentos diversos referente ao FEMC, quando solicitado. Esse comitê científico terá que ter uma base no fórum para dar o devido suporte as pessoas voluntárias internacionais juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Dener** (IFTO) fala que referente à composição da câmara temática, precisam fazer um levantamento de todas as instituições de ensino, pois é necessário pesquisadores que já trabalhem nessa temática específica. **Marli** (SEMARH) informa que não impede que a câmara temática consulte um especialista, é adequado quando o assunto for necessário. **Jamila** (SEMARH) informa que 90% a instituições de ensino superior do Tocantins estão na composição, e que somente uma abriu mão em fazer parte da composição, mesmo estando no decreto. A composição do comitê contém dez instituições de ensino, mas que podem fazer consulta sem problemas. **Dener** (IFTO)

ressaltou que como são muitas instituições e profissionais, às vezes há receio no sentido de ser um profissional da instituição que tenha capacidade de mapear isso. Oficiando a instituição de ensino, ela toma conhecimento da demanda do FEMC, e pode informar o interesse ou não de participar e indicar o profissional mais adequado. **Jamila** (SEMARH) informa que a composição tem que estar pronta para reunião de novembro, é necessário fechar o mais breve possível. **Marli** (SEMARH) solicitou que as instituições presentes se manifestassem no *chat*. **Jamila** (SEMARH) informou a relação das instituições presentes, e solicitou que se houver interesse em participar do comitê, escrevam o nome do órgão no *chat*. **Dener** (IFTO) manifesta dúvida se é ele que está representando a comunidade científica. **Jamila** (SEMARH) esclarece que ele está representando o IFTO e não comunidade científica, informa que cada instituição tem seu representante e já estão nomeados conselheiros da Unitins, FACTO, Ulbra, UFT, IFTO, IEPO, FAPTO, mas podemos convidar outras instituições, só é preciso que os conselheiros do fórum manifestem interesse no *chat*. Logo em seguida faz a leitura das instituições dispostas a compor a Câmara: **Divaldo José da Costa Resende** (ECOLÓGICA); **Juliana Maria Barbosa Bertho de Oliveira** (UNITINS); **Sérgio Luís de Oliveira Silva** (SES); **Luzimeire Ribeiro de Moura Carreira** (Município de Palmas); **Conceição Aparecida Previero** (ULBRA); **Sebastião Noletto Junior** (UNICATÓLICA); **Alex Matos Fernandes** (CBM/TO); **Ediana Vasconcelos da Silva** (IEPO); **Dener Alves de Souza** (IFTO); **Aldaires Rodrigues Pacheco** (NATURATINS); **Helber Franco Oliveira** (AMEAMA); **Maurício José Alexandre de Araújo** (NATURATINS); **Srewe de Mata de Brito** (COEMA); **Valderez Castelo Branco Martins** (AL); **Arlete Leite Lima** (SEAGRO); **Denise Coelho Gomes** (SEAGRO). Portanto, comunica que organizará a documentação de criação e pede para Marli informar quem será convidado ou se será feito de outra forma. **Marli** (SEMARH) responde que ao longo do processo, até a próxima reunião, esse grupo possivelmente será compactado como integrante do comitê científico, podendo indicar quem estaria presente na avaliação do trabalho das atividades a serem desenvolvidas. **Jamila** (SEMARH) agradece todos que se escreveram no *chat*. Em seguida, expõe na tela os informes. **Marli** (SEMARH) inicia apresentando a Nova Resolução da CONAREDD, que ainda não foi publicada no Diário Oficial, mas é uma resolução que simplesmente reconhece mercado voluntário brasileiro, pediu ao final dessa explanação que o Divaldo fale mais sobre esse por tema por ter um conhecimento árduo. Em seguida, no próximo informe sobre Under 2 MoU, apresenta um memorando de entendimento que foi assinado pelo governo. **Francis** (Secretário Executivo) agradece a todos pela presença, e contextualiza o Under 2 MoU, explicando que é um memorando de entendimento internacional voluntário, o Estado ou cidade que escolhe se deseja assinar e contribuir voluntariamente com suas metas para que se alcança nível de reduções de emissões no máximo 2º grau acima das emissões da linha de base de 1990. Foi lançado na COP 21 em Paris, no qual o Tocantins participou. Então, a Under 2 MoU, solicita que cada Estado construa o seu anexo ao memorando único, conforme a realidade das metas climáticas definidas em campos como: energia, agricultura, redução de emissões entre outros. Enfim, citou que em 2015 levou para o fórum a proposta de construir de maneira coletiva, não somente no fórum, mas de buscar se algumas cidades do Tocantins tinham interesse e que fossem feitas reuniões setoriais a partir disto e os resultados compilados e apresentados ao fórum. Ao entrar na página da Under 2 MoU pelo site SEMARH, o memorando está em anexo, porém passou cinco anos e é preciso rever esse anexo. Será um documento construído coletivamente

fazendo as devidas atualizações. **Marli** (SEMARH) informa que esse anexo foi assinado pela ex-governadora do Estado Cláudia Lelis. No tópico da janela de financiamento do GCF, reforça que é uma força tarefa global para o clima, e representantes dos 9 estados da Amazônia Legal fazem parte do GCF. Afirma também que o Tocantins elaborou um projeto e foi contemplado da ordem de pouco mais de US\$ 300 milhões de dólares e este projeto foi o executado com uma contrapartida de ordem de US\$ 90 milhões de dólares da secretaria do estado. Foram implantados 75 hectares de integração, lavoura pecuária, e florestas nos municípios de Aliança, Almas, Porto Nacional e Pium, e esse trabalho envolveu a Embrapa, o Ruraltins, a SEAGRO e a Unitins. O relatório foi entregue para o PNUD (Programa das Nações Unidas), para o desenvolvimento que financiou esse trabalho e que agora abriu se um novo momento, a janela b de financiamento que fecha dia 23 de novembro de 2020. O que se tem para essa janela b de financiamento, é competitivo, ou seja, os melhores projetos serão contemplados e será executado pelo governo. Então, o que ficou definido é: fazer a execução, elaborar o projeto, e pleitear via ONGs que estão cadastradas no PNUD e são aptas a fazer esse trabalho. O Estado do Tocantins em função de que o projeto da Janela A foi grande sucesso e foi implantado por uma ONG chamada de IDESAN. O Tocantins definiu duas ONGs convidadas para elaboração desse projeto. Fez diversas reuniões com os integrantes das Secretarias de Estado, e definiu que nesse projeto da Janela B é individual do Estado, que pode ser da ordem de US\$ 500.000 a 600.000 dólares, ou seja, aproximadamente 2 milhões de reais que serão utilizados nesta definição do governo do Estado. Na área de proteção ambiental Ilha do Bananal e Cantão, em ações de projeto REDD, voltado para os produtores da região na implantação do código florestal, ou seja, análise dos cadastros ambientais rurais todos os proprietários da área e no fortalecimento de um comitê. Esse seria na região da Ilha do Bananal, envolvendo 9 municípios e 1.700 hectares. A gente vai ter que criar recortes desta APA, pois o recurso é pouco para uma área tão grande. **Francis** (Secretário Executivo) explicou que foi definida a área da Ilha do Bananal, porque esta região sofre pressão quanto ao desmatamento e extinção de espécies. Dentro dessa Janela B tem outros projetos regional de ordem de 2.000 milhões de dólares que está sendo elaborado para os nove estados da Amazônia legal, esse projeto regional vai incluir uma série de ações voltadas para redução e o grande objetivo geral da Janela B do GCF é conseguir recursos para redução das emissões de gases do efeito estufa, desmatamento e degradação. **Francis** (Secretário Executivo) explica que a declaração de Rio Branco foi assinada no âmbito da força tarefa, que é um compromisso dos Estados signatários internacionais que se comprometeram em reduzir o desmatamento em torno de 80%, porém ela consegue reduzir desmatamento de 80%, desde que haja subsídio financiamento suficiente para tais ações. Ela foi um requisito tanto na Janela A e para Janela B, tanto para o programa das nações unidas, quando a Noruega que é o doador do recurso está fazendo exigências de uma ratificação da declaração Rio Branco, porque o prazo é até 2020. Então, como esse recurso o GCF voltado também para redução de desmatamento e reduções fizeram essas exigências que todo estado que queiram acessar recursos de financiamento da Janela B, o seu governo teria que ratificar o seu compromisso com a declaração de Rio Branco. A Secretária já começou a se movimentar quanto a isso para que essa declaração possa ser ratificada e esses compromissos do Estado sejam renovados. **Marli** (SEMARH) faz um pequeno resumo da fala de Divaldo (Ecológica) informando que a COP de Glasgow (Reino Unido) que seria em dezembro foi adiada para 2021. O mercado voluntário irá

funcionar e já está sendo operado na região da Amazônia Brasileira com volume significativo desde a publicação da resolução da CONAREDD, do ponto de vista do produtor rural, tem só as grandes propriedades que tem condição de ter recursos de REDD desse mercado voluntário que vai apenas para o pagamento do custo da elaboração do projeto da comercialização do crédito de carbono. Então são propriedades acima da ordem de 20 mil hectares, e muitos projetos já então sendo feitos na região, portanto a pauta da reunião está encerrada e a palavra está livre. **Jamila** (SEMARH) informa que não houve nenhuma inscrição no *chat* para tribuna livre e passa a palavra ao Presidente do Fórum fazer o encerramento. **Renato Jayme** (Presidente do FEMC) encerrou a reunião agradecendo a presença de todos que participaram. Assinam esta ata os presentes na sua aprovação realizada na 13ª RO do FEMC, realizada em plataforma virtual no dia 7 de abril de 2021, conforme lista de votação do *CHAT* registrada nas páginas .. a .., anexadas a esta.

Miyuki Hyashida
Presidente

Marina Coelho Cruz Secco
Secretária Executiva

Instituição	Nome	Assinatura
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH	Miyuki Hyashida	
	Marina Coelho Cruz Secco	
Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS	Renato Pires da Silva	
	Maurício José Alexandre de Araújo	
Associação Tocantinense de Municípios - ATM	Ana Flávia Alves Silveira Monteiro	
	Neila Maria Silva Moraes	
Secretaria do Estado da Agricultura, Pecuária e Aquicultura - SEAGRO	Denise Coelho Gomes	
	Arlete Leite Lima	
Secretaria de Educação, Juventude e Esportes - SEDUC	Fabírcia Neli Johann Martins	
	Sônia Raymunda Lavagnoli	
Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa - ADETUC	Maria Antônia Valadares de Souza	
	Leila Suely Reis da Silva	
Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação - SEINF	Rômulo Rogério Jácome Mascarenhas	

	Ademi Junior Filho	
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços - SICS	Marcondes Martins Gomes de Oliveira	
	Luiz Carlos Carneiro	
Secretaria de Estado da Saúde - SES	Sérgio Luís de Oliveira Silva	
	Mary Ruth Batista Glória Maia	
Procuradoria Geral do Estado do Tocantins - PGE	Ana Flávia Ferreira Cavalcante	
	Fernanda Raquel Freitas de Sousa Rolim	
Polícia Militar do Estado do Tocantins - PM/TO	Geremias Teixeira dos Santos Oliveira	
	Cap. Marcus Vinícius Coelho Carmo	
Secretaria do Estado da Fazenda e Planejamento - SEFAZ	Cristhyane Maria de Neiva Mariano	
	Helder Francisco dos Santos	
Ministério Público do Estadual - MPE	Décio Gueirado Júnior	
	Henrique Garcia dos Santos	
Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins	Dep. Valderez Castelo Branco Martins	
	Dep. Elenil da Penha Alves de Brito	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO	Dener Alves de Souza	
	Luiz Adriano Silva	
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins - FAET	Frederico Sodré dos Santos	
	Miller Vieira Santana	
Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins - FAPT	Márcio Antônio da Silveira	
	Gilberto Ferreira Santos	
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO	Carlos Wagno Maciel Milhomem	
	José Roberto Fernandes	
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins – CREA/TO	Marcelo Costa Maia	
	Elievan Marques dos Santos	
	Alex Matos Fernandes	

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBM/TO	Luiz Carlos Costa Ferreira	
Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS	Max Atauhalpa Monteiro de Souza	
	Décio Rocha de Souza	
Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS	José Luiz Cabral da Silva Junior	
	Frank Gudim Silva	
Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA	Srewe de Mata de Brito	
	Murilo Ribeiro Brito	
Faculdade Católica do Tocantins – FACTO	Sebastião Noletto Júnior	
	Chryss Ferreira Macedo	
Universidade Federal do Tocantins - UFT	Erich Collichio	
	Girlene Figueiredo Maciel	
Centro Universitário Luterano de Palmas - CEULP/ULBRA	Marcelo Muller	
	Conceição Aparecida Previero	
Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo - IEPO	Ediana Vasconcelos da Silva	
	Sylla Figueiredo da Silva	
Instituto Ecológica Palmas - ECOLÓGICA	Divaldo José da Costa Resende	
	<i>Sem indicação</i>	
Associação Movimento Ecológico Amigos do Meio Ambiente - AMEAMA	Hélber Franco de Oliveira	
	Djane Quintiliano Ledux	
Município de Palmas	Jacqueline Vieira da Silva	
	Luzimeire Ribeiro de Moura Carreira	